

SESSÃO DE ABERTURA

**Discurso do Presidente do Conselho Nacional de
Educação**

**Discurso do Presidente da Associação Nacional dos
Municípios Portugueses**

**Discurso de Sua Excelência o Ministro do Planeamento e
Administração do Território**

Mensagem de Sua Excelência o Presidente da República

Discurso do Presidente do Conselho Nacional de Educação

- Senhor Ministro do Planeamento e da Administração do Território
- Sr. Sub-Secretário de Estado Adjunto da Sr^a. Ministra da Educação
- Sr. Presidente da Associação Nacional de Municípios
- Sr. Presidente do Instituto Politécnico de Viana do Castelo
- Sr^a. Secretária-Geral do Conselho Nacional de Educação
- Excelência Reverendíssima
- Senhores convidados
- Minhas senhoras e meus senhores.

Ao abrir este terceiro Seminário anual do Conselho Nacional de Educação, quero em primeiro lugar dar as boas-vindas a todos os participantes e cumprimentar o Sr. Ministro do Planeamento e da Administração do Território por ter aceite presidir a esta Sessão de Abertura, o que vem sublinhar a importância de que se reveste esta iniciativa conjunta do CNE e da Associação Nacional de Municípios. Os nossos maiores agradecimentos ao Prof. Valente de Oliveira, nosso querido amigo, bem como ao Sr. Sub-Secretário Carlos Coelho, também nosso amigo, pela vossa presença e pela vossa participação, que nós muito apreciamos e que nos traz a certeza de que o nosso debate e as respectivas conclusões e recomendações serão certamente tomadas em consideração pelo Governo quando no futuro próximo a política educativa for equacionada na sua vertente essencial do papel das funções e das responsabilidades do poder local e das comunidades.

A minha segunda palavra vai para a Associação Nacional de Municípios e para o seu Presidente, Sr. Eng^o. Mário de Almeida.

Quando no final do ano passado, o plenário do Conselho aprovou por unanimidade a realização em 1994 de um Seminário dedicado à Educação, Comunidade e Poder Local, pensamos desde logo que a

efectivação desta nossa iniciativa deveria ser conduzida em colaboração com a Associação Nacional de Municípios e estávamos seguros de que a Associação e o seu Presidente atribuíam prioridade acrescida ao tema da Educação e estavam conscientes da importância de que esta se reveste para a vida das populações. Fomos, no entanto, devo confessá-lo, ultrapassados na nossa expectativa, dada a adesão entusiástica manifestada pela Associação à nossa proposta de debater de forma alargada e comparticipação diversificada a questão da Educação na lógica do poder local e na concepção das suas políticas. Ao Sr. Eng. Mário de Almeida e a todos os que com ele trabalham na Associação quero exprimir todo o meu reconhecimento pela forma como recebeu o Conselho e como entendeu querer empenhar a Associação Nacional de Municípios nesta nossa iniciativa.

A terceira palavra, como não podia deixar de ser, dirige-se ao Sr. Prof. Lima de Carvalho, como Presidente do Instituto Politécnico de Viana do Castelo, para lhe expressar os nossos maiores agradecimentos pela forma como nos acolheu e como nos apoiou na realização do Seminário. Sem o apoio maciço que nos foi prestado pelo Instituto Politécnico, que para além de ceder estas suas magníficas instalações nos concedeu uma colaboração inexcusável no estabelecimento de todas as logísticas necessárias à realização de um Seminário com esta dimensão, digo, não teria sido seguramente possível realizar este primeiro Seminário que o Conselho leva a efeito fora de Lisboa. E neste particular, permita-se-me que sublinhe a importância que o CNE atribui à realização deste seu terceiro Seminário anual num outro local que não Lisboa, onde o Conselho tem a sua sede. Foi, com efeito, minha intenção, desde que tomei posse deste cargo em início de 1992, propor ao Plenário a realização de algumas das actividades do Conselho em Instituições e em localidades que normalmente não têm acesso a um certo número de iniciativas que Lisboa frequentemente monopoliza.

É, pois, com grande satisfação que o Conselho traz este Seminário para Viana do Castelo, organizando-o numa lógica de participação local e regional que o diferencia de uma mesma iniciativa levada a efeito em Lisboa, ou seja este Seminário não é idêntico ao que seria se fosse realizado em qualquer outra região do país. Quisemos propositadamente que o envolvimento das escolas, dos municípios, das Universidades e das Instituições Politécnicas tivesse um cunho regional e local que o diferenciasse e o transformasse num grande debate sobre um tema que é nacional, mas que certamente tem especificidades e particularidades correspondentes a cada região do nosso território. Friso, no entanto, que como podem constatar através do programa que estabelecemos, o Seminário foi concebido como um Forum onde se deverão debater ideias e propostas que têm relevância para o conjunto do todo nacional, o que justifica a escolha das personalidades e dos representantes institucionais que quiseram integrar as quatro sessões de trabalho que constituem o nosso programa de actividades para estes dois dias.

Minhas Senhoras e meus Senhores

A Educação com toda a sua complexidade e todas as componentes e variantes que a integram, bem como as implicações e interacção que tem com outras áreas de actividades e com as políticas sectoriais, constitui hoje em todo o Mundo uma área de preocupação sobre a qual se tem vindo a reflectir de uma forma cada vez mais agregada e aprofundada. A crise global do emprego, o crescimento acentuado do número de desempregados em todo o mundo ocidental, e as dificuldades que muitos países e regiões têm em se adaptar às exigências de uma sociedade cuja economia tem vindo a sofrer um processo de globalização e em que toda a actividade está envolvida por critérios altamente competitivos, fizeram com que as políticas de Educação e de Formação passassem a ocupar um lugar central no debate sobre as condições em que se processa esse mesmo desenvolvimento. Também a forma como as populações participam ou

são afectadas por esse mesmo processo, estão directamente relacionadas com a área educativa, uma vez que o crescimento e a competição têm hoje exigências e reflexos na área social que importa analisar e ter em conta quando se estabelecem políticas e se definem estratégias para os sectores da Educação-Formação.

Neste contexto, Portugal continua a ser um país onde o debate é manifestamente insuficiente, e onde infelizmente a sociedade civil, cuja fragilidade é por demais evidente, não consegue produzir uma reflexão continuada sobre os próprios problemas que a afectam. O Estado e as suas instituições continuam a ter praticamente o monopólio das propostas e das orientações para as políticas globais ou sectoriais que nos regem. Tal situação tem merecido a atenção do Conselho que tem procurado ultrapassar os condicionalismos que limitam o debate, aproveitando e maximizando o facto de nele estarem representados largos extractos da sociedade civil.

Neste sentido, o Conselho tem procurado introduzir no debate temas e perspectivas diversas com o objectivo de contribuir para a constituição de alternativas e de propostas que permitam aos decisores políticos e aos protagonistas principais do processo educativo, sindicatos, partidos políticos, municípios, país, etc., actuar num quadro múltiplo de soluções, o que é certamente um factor de enriquecimento para a democracia e para o processo de participação dos cidadãos na tomada de decisão sobre os problemas que afectam a vida colectiva.

O Seminário que hoje tem início constitui uma oportunidade para debater uma questão da maior actualidade, mas simultaneamente uma questão que requer uma análise e um tratamento especiais. Estão em causa as relações e as responsabilidades do Poder Central e do Poder Local no processo educativo e está sobretudo em causa uma questão que muito nos tem preocupado no Conselho, e que tem a ver com as políticas e as estratégias que visem melhorar o funcionamento e os

serviços efectivos prestados pelas escolas às populações e às comunidades que as envolvem. Ou seja, em nossa opinião importa que a escola e o seu funcionamento sejam o verdadeiro objecto das políticas e das estratégias educativas. Tal forma de actuar está relacionada com a interacção entre o sistema educativo no seu conjunto, isto é, o macro-sistema, e a escola e o processo de ensino e aprendizagem que se consubstancia na escola e que constitui um micro-sistema onde tudo ocorre e tudo se decide em termos de aprendizagem, de sucesso, de apoio, de formação, de realização, ou seja de condições de funcionamento que permitam atingir os objectivos que normalmente são definidos quando se legisla para um macro-sistema.

Neste contexto e nesta perspectiva do micro-sistema, o poder local é essencial como componente de um projecto educativo que se pretende constitua simultaneamente parte fundamental do processo de realização individual dos cidadãos e elemento decisivo para o desenvolvimento das regiões e do país no seu conjunto.

Faço votos para que os que aceitaram vir debater com o Conselho esta questão essencial para o país, considerem o seu tempo bem empregue participando e enriquecendo o debate e a reflexão sobre estas matérias.

A proposta que fazemos para debate está contida nos objectivos que definimos para o Seminário. Reflectir sobre a dimensão comunitária da Educação e do Ensino bem como sobre a ligação entre a Escola e o Meio, debater a articulação entre as Autarquias e os Serviços Regionais e Locais do Ministério da Educação, bem como o âmbito das atribuições das autarquias em matéria de educação, divulgar experiências e perspectivar estratégias de desenvolvimento educativo a nível local e ainda reflectir sobre a natureza e significado da participação da comunidade e da autarquia no novo modelo de direcção, administração e gestão das escolas. Sabemos que estamos a

ser ambiciosos com esta proposta, mas também sabemos que este Seminário não esgota nem deve esgotar o debate sobre tais questões.

O Conselho quer dar um contributo e fá-lo desta forma que está ao seu alcance, esperando que o debate se prolongue a fim de podermos encontrar as soluções que os país necessita para distinguir o modelo mais adequado à participação e ao envolvimento do poder local no processo educativo. Sabemos que muito tem sido feito nesta área de actuação dos poderes públicos, mas estamos convencidos de que o futuro, que é muito exigente, requer grande imaginação e sobretudo um espírito inovador, capaz de enfrentar um mundo em constante mutação.

Permitam-me, a terminar, que faça um apelo e formule um desejo, o que aliás tenho vindo a fazer regularmente de há dois anos a esta parte. Um apelo no sentido da mobilização dos principais protagonistas do processo educativo, para que, independentemente das suas posições políticas, ideológicas ou corporativas, façam um esforço de diálogo e de negociação para encontrarem alguns objectivos comuns que permitam a construção de um quadro de referência estável que evite que a Educação continue a ser um campo de batalha política onde todos perdem, mas onde os mais prejudicados são as nossas crianças e os nossos jovens. Um desejo para que este Seminário constitua um ponto de partida para a constituição deste quadro de referência que me parece em 94 tão importante como o foi a aprovação da Lei de Bases do Sistema Educativo em 1986, quando foi possível estabilizar o sistema através de instrumento legal, a lei, negociada entre todos os partidos com assento na Assembleia da República, curiosamente numa fase da vida política em que não havia em Portugal uma maioria e onde o espírito de negociação se fazia sentir com aspectos positivos.

Agradecendo mais uma vez a todos a vossa participação no Seminário e ao Sr. Prof. Valente de Oliveira em particular ao presidir

a esta sessão, a sua presença nesta Sessão, resta-me terminar e fazer votos para que os trabalhos decorram de acordo com as vossas expectativas.

Muito obrigado.

Discurso do Presidente da Associação Nacional dos Municípios Portugueses

- Senhor Ministro do Planeamento e da Administração do Território
- Sr. Sub-Secretário de Estado Adjunto da Sr^a. Ministra da Educação
- Sr. Presidente do Conselho Nacional de Educação e
- Sr^a. Secretária-Geral
- Sua Excelência Reverendíssima Senhor Bispo de Viana do Castelo
- Sr. Presidente do Instituto Politécnico de Viana do Castelo
- Minhas Senhoras e meus Senhores.

Neste Seminário de Educação, Comunidade e Poder Local, compete-me, como é óbvio, referir-me àquilo que tem sido a intervenção das autarquias portuguesas numa questão tão importante como é a Educação, qual é a nossa visão sobre o movimento actual e quais são efectivamente as nossas perspectivas futuras. Nós consideramos, na realidade, primordial o papel da Educação no seio da Comunidade e por isso consideramos que essa acção extravasa muito o que se refere exclusivamente aos alunos, já que entendemos que o papel da Educação é determinante para corrigir determinadas assimetrias ainda existentes, pelo que temos vindo a manifestar o nosso desejo de que seja alargado o âmbito de intervenção dos diferentes sectores da Educação, desde o meio urbano mais alargado até ao meio rural mais reduzido. Consequentemente continuamos a defender que compete ao Estado investir tudo aquilo que seja necessário no sentido de alargar esse tipo de apoio, mesmo quando pareça razoável em termos económicos que se deve fazer alguma restrição. Continuamos a pensar que não se deve permitir o encerramento de escolas primárias básicas do primeiro ciclo, mesmo que efectivamente elas tenham meia dúzia de alunos, na medida em que a escola tem o tal papel de ligação ao meio, importantíssimo nos últimos anos, por acção dos docentes, na educação básica dos adultos, razão que nos leva a concluir que qualquer medida contrária a este tipo

de actuação contribui indiscutivelmente para a desertificação do interior. É evidente que a ligação da escola ao meio começa no ensino pré-escolar e, por isso, é um imperativo nacional que aquilo que tem sido referido, como a necessidade de nos aproximarmos da Europa, relativamente à cobertura nacional pré-escolar, tem que ser encarado de uma forma realista. Aponta-se a meta dos 90% de cobertura para 1999, quando hoje estamos nos 35% e só é possível efectivamente aproximarmo-nos desse objectivo se forem tomadas medidas efectivas no sentido de que tal possa ser viável. As autarquias têm feito um grande esforço no campo do pré-escolar, como é sabido. É a nós que compete construir as instalações, é a nós que compete apetrechá-las, é a nós que compete, no fundo, dar todos os apoios necessários excepto a colocação do pessoal docente e do pessoal auxiliar. O que nós temos vindo a verificar desde 1988 é que as portarias não são publicadas e, conseqüentemente, não é colocado o pessoal e portanto os Jardins não funcionam como seria desejável. Nós continuamos a pensar que é urgente tomar uma série de atitudes neste sector.

Mantemos a ideia de que esta matéria do pré-escolar, à semelhança do que se passa com os estabelecimentos do 2º e 3º ciclos do básico, deve ser elegível nos Quadros Comunitários de Apoio. E enquanto isso não acontecer tem que se estabelecer uma cooperação entre a Administração Central e o Poder Local para que efectivamente se dê um salto quantitativo na cobertura dos estabelecimentos do pré-escolar. Além disso são necessários outros apoios, é fundamental definir rapidamente a questão do pessoal e é urgente também analisar, com a profundidade desejável, a questão dos horários de funcionamento. Os horários de funcionamento do pré-escolar da rede pública não correspondem hoje às necessidades das famílias portuguesas. E independentemente da extraordinária dedicação, que eu conheço bem de perto, das senhoras educadoras de infância, que ultrapassam muito aquilo que lhes é exigível não se corresponde às tais necessidades das famílias. E por isso temos vindo a verificar que os pais recorrem hoje muito mais aos Jardins de Infância ligados ao

Ministério do Emprego e da Segurança Social, nomeadamente das IPSS e das Misericórdias, porque efectivamente estes lhes dão outro tipo de cobertura em termos de horas/dia. Portanto há necessidade de estabelecermos uma ligação maior entre o Ministério da Educação, o Ministério do Emprego e da Segurança Social e as Autarquias para que essa cobertura se possa fazer, conseguindo-se que haja um determinado espaço do dia dedicado à área pedagógica e havendo uma parte última do dia dedicada aos tempos livres.

Penso que no básico 1º ciclo, as situações correm razoavelmente bem; hoje a cobertura nacional é satisfatória, as instalações deram um salto claro e a melhoria da qualidade do ensino é também patente.

No básico 2º e 3º ciclos temos vindo a cooperar em muito para além daquilo que nos é efectivamente exigido em apoios diversos e, como é sabido, até através de participações para a construção de escolas preparatórias e secundárias, que são competência do Governo; presentemente temos também este programa de construção de 100 pavilhões, onde efectivamente as autarquias estão a participar porque reconhecem que é uma medida importante, que só peca por tardia, na medida em que a Educação Física e a prática desportiva são obrigatórias no ensino do preparatório e do secundário e, não havendo espaços cobertos, não há condições para tal se fazer num clima como o que caracteriza o país.

No ensino superior temos, apesar de tudo, dado a nossa colaboração, muitas vezes disponibilizando instalações, pagando a pessoal, assumindo despesas diversas, mesmo para os estabelecimentos da rede pública.

Julgamos, portanto, que é prioritário regulamentar a delimitação das atribuições e competências dos poderes central e local nesta área da Educação. Desde 1984, altura em que saiu o decreto, estamos a aguardar que saia essa regulamentação no sentido de clarificar a

intervenção e as responsabilidades de ambos. Porque nós entendemos que é efectivamente necessário descentralizar na área da Educação. Temo-lo dito inúmeras vezes, não só no respeito pela Constituição da República, mas também no respeito pelo espírito do Tratado de Maastricht, onde tanto temos ouvido falar nos princípios da subsidiariedade e da parceria. É necessário descentralizarmos, aproximando as decisões dos cidadãos sendo imperioso responsabilizar mais os eleitos perante os eleitores no sentido de que algumas anomalias, que ainda prejudicam a qualidade do ensino, sejam efectivamente resolvidas. Por isso transferir competências é para nós matéria bem aceite, desde que essas competências a transferir tenham um único objectivo - servir melhor as populações feitas na convicção de que, ao transferi-las, realmente algo vai melhorar. Nunca aceitaremos a transferência de competências para esvaziar responsabilidades desagradáveis que neste momento são da Administração Central ou para aumentar o poder dos autarcas portugueses. Estas duas situações nunca poderão nortear uma transferência de competências e, por isso, nós continuamos a rejeitar algumas propostas que consideramos insatisfatórias como seja aquela que tanto foi referida do leite escolar. Ao invés, consideramos que é fundamental transferir outras competências; aliás, neste momento há um grupo de trabalho constituído por três elementos designados pela Senhora Ministra da Educação e três pela Associação Nacional de Municípios Portugueses no sentido de ponderar todas aquelas matérias que eventualmente possam ser transferidas.

Disse o Senhor Presidente do Conselho Nacional de Educação que é necessária uma maior interligação entre os organismos regionais do Ministério da Educação e as autarquias e eu dir-lhe-ei, Senhor Presidente, que isso é extraordinariamente difícil porque nos é muitas vezes quase impossível contactar um Director Regional ou um elemento com responsabilidades nas Direcções Regionais. E dir-lhe-ei mesmo, com toda a sinceridade, que é por vezes mais fácil falar com um membro do Governo do que com um elemento que tenha

responsabilidade nas Direcções Regionais. Por isso é que nós continuamos a considerar que é um imperativo a regionalização, atribuindo-se às regiões as competências que na nossa óptica elas devem ter e tendo a liderá-las pessoas que sabem que são eleitas para servir efectivamente os interesses das populações. Enquanto tal não acontecer, continuaremos a defender a necessidade de diálogo entre as partes interessadas, razão que nos leva a felicitar-mos o Conselho Nacional de Educação por esta significativa realização. A Associação Nacional de Municípios, na convicção de que interpreta fielmente os sentimentos dos Municípios Portugueses, que são os legítimos representantes das aspirações das populações, agradece ao CNE a possibilidade de se ter associado para realizar um Encontro como este, reunindo aqui tantas pessoas credenciadas na área da Educação que trarão, estou certo, contributos decisivos para a nossa orientação futura. Manter-nos-emos empenhados em que nos diversos Municípios se constituam “Conselhos Nacionais de Educação” como em muitos felizmente, já consta, onde a autarquia periodicamente se vá reunindo com aqueles que conhecem no terreno os grandes problemas que afectam o ensino, porque não duvidamos que nunca haverá reforma do ensino que tenha sucesso em Portugal, se não tiver a participação e a motivação dos intervenientes no ensino. Por tal, temos periodicamente reunido com os organismos representativos dos professores, do pessoal não docente, dos pais e dos alunos, no sentido de que algo que se faça tenha efectivamente a concordância de todos eles. Deste encontro estou convicto, sairão conclusões importantes que nortearão a nossa actuação futura. Nós não somos detentores da verdade sentindo que temos de aprender no campo da educação com aqueles que ao longo de muitos anos, ao longo dos dias, viveram com os reais problemas e sabem, como é evidente, a forma mais adequada de ultrapassar essas dificuldades. Por isso aqui, em meu nome pessoal e em representação dos Municípios Portugueses, reafirmo que deposito fundadas esperanças nas conclusões deste Seminário e que, o garanto, elas indiscutivelmente pesarão nas atitudes futuras da Associação

Nacional de Municípios Portugueses em prol de uma melhor Educação.

Discurso de Sua Excelência o Ministro do Planeamento e Administração do Território

As mudanças por que passámos, ao longo dos últimos vinte anos, foram muitas e grandes! E incorporaram-se, de tal modo, nas nossas formas de pensar, sentir, de olhar para o mundo e de agir que todos julgam que tudo foi sempre assim... Os Portugueses são hoje muito diferentes do que, então, eram. Não me refiro a Portugal e às mudanças físicas que o País experimentou nas infraestruturas e nos equipamentos. Refiro-me aos Portugueses, às suas atitudes e aos seus comportamentos.

Mas as mudanças verificaram-se, sobretudo, por via de uma alteração das condições internas. A educação expandiu-se, a informação passou a tocar quase todos, deixou de haver assuntos vedados e abriram-se as portas materiais e mentais para novos tipos de relações que ajudaram a quebrar as muitas formas de isolamento de que padecíamos. Os Portugueses souberam responder aos desafios que lhes foram feitos. Algumas vezes hesitaram, outras quiseram andar depressa demais... Mas não pararam! E têm vindo a acompanhar o passo das adaptações que a integração na União Europeia reclama, em condições que surpreendem os outros mas não nos fazem admirar a nós, porque sabemos como é grande a nossa versatilidade e como está presente, em todos, o saber de uma memória de séculos de um povo que andou por toda a parte.

Todavia, as mudanças que se anunciam, já não serão acomodáveis por recurso à flexibilidade e à capacidade de adaptação tradicionais dos Portugueses. Desta vez, a resposta não será imposta somente pela alteração das condições internas! Ela terá também de integrar soluções para fazer face às muitas modificações que, por toda a parte, se estão a verificar. Atravessamos, de facto, um período de charneira entre duas

épocas que, se adivinha, hão-de ser muito diferentes. Por isso, os novos tempos irão reclamar, também, homens e mulheres diferentes! Há que prepará-los para que eles não só compreendam a mudança mas também a comandem, na esfera de influência possível, progressivamente mais dependente da competição com outros.

Temos, assim, de tomar a peito a educação e a formação das novas gerações, exigindo delas e de nós todos uma aplicação inteligente e devotada. Será errado fazer-lhes crer que não irão ter dificuldades! Estas irão ser enormes, reclamando por isso uma grande robustez da capacidade de analisar e de pensar e uma criatividade capaz de fornecer respostas originais. Não há recursos naturais que perdurem, nem vantagens competitivas duradoiras que não assentem na capacidade das pessoas. Estas têm de representar, por isso, o centro de todas as atenções.

Antes de propor à vossa reflexão dois ou três pontos de natureza operacional e circunscritos à dimensão comunitária da educação e do ensino, gostaria de caracterizar, de forma breve: a) o enquadramento em que vamos ter de nos mover: b) o papel da educação no processo de desenvolvimento: c) a acção do meio envolvente ou, se quisermos, da comunidade local: e d) as funções dos poderes constituídos a nível local. Fá-lo-ei, necessariamente, de forma breve.

A) Em relação ao enquadramento:

No princípio deste século, o peso dos agricultores na população activa era ainda dominante um pouco por toda a parte e, naturalmente, muito expressivo em Portugal. A Inglaterra tinha experimentado, ao longo do século XIX, as mudanças impostas pela Revolução Industrial. Por isso chegou ao século XX em posição diversa da dos países continentais. Mas as alterações foram-se generalizando um pouco por todo o lado. A Suécia ou a Baviera - que eram países essencialmente agrícolas na viragem do século - tornaram-se grandes

potências industriais já antes da II Grande Guerra. Hoje os seus agricultores têm uma voz forte nas decisões dos seus governos mas são poucos. E aqueles que são realmente produtivos não representam mais do que a metade do número total dos agricultores o que significa, em termos de União Europeia, que eles não são mais do que 2% da sua população activa. Os novos empresários agrícolas dificilmente se confundem com os agricultores tradicionais; eles dedicam-se a uma “agro-actividade” cada vez mais capital-intensiva e, sobretudo, mais exigente em termos tecnológicos e em níveis de informação. Quer isso dizer que a nova agricultura não é uma actividade para agentes pouco preparados. Pelo contrário, ela alia à dureza e à exigência das funções tradicionais – naturalmente domesticadas pelos progressos tecnológicos – o domínio cabal dos conhecimentos disponíveis e das técnicas que foram sendo apuradas no campo da produção animal e vegetal.

Os poucos agricultores tradicionais que resistem são sustentados, em larga extensão, a poder de subsídios. Os novos agricultores, ou empresários agrícolas, ou conservadores da Natureza, ou empresários rurais, têm que ser agentes com altos níveis de educação e de formação!

Em relação aos operários industriais, o nosso século assistiu à sua ascensão e queda, processadas nos mais dramáticos termos. “Nenhuma classe subiu mais rapidamente do que os “colarinhos azuis”. E, nenhuma outra, ao longo da história, caiu de forma ainda mais rápida” (Peter Drucker).

Para ter uma imagem da evolução comparem-se as situações dos operários industriais em 1900, 1950 e 1990:

Em 1900 não recebiam pensões, não tinham férias pagas, não havia subsídios para horas extraordinárias, trabalho nocturno ou aos domingos, não usufruíam de qualquer forma de seguro de saúde ou de

protecção na velhice, enfim, não tinham qualquer segurança no trabalho.

Em 1950, tinham-se tornado o mais vasto grupo de trabalhadores dentro da população activa e sabido organizar-se em sindicatos fortes que se mostraram capazes de defender as muitas melhorias que foram obtendo ao longo de meio século: segurança no trabalho, pensões, férias pagas, seguros de natureza diversa... E tinham capacidade para influenciar as decisões dos poderes constituídos.

Em 1990, o seu número entrou em queda, prevendo-se que, ao longo da primeira década do próximo século, eles não sejam mais do que 13 a 15% da população activa.

Com os trabalhadores da agricultura reduzidos a menos de 5% e os da indústria a menos de 15%, quem comporá os mais de 80% remanescentes da população activa? Serão os trabalhadores com altos níveis de conhecimentos e com formação adequada para tomar decisões e garantir uma grande autonomia às actividades que cada um terá de desenvolver. Mesmo os agricultores e os operários industriais terão de possuir uma formação incomparável com a de hoje.

Mas o maior número, para sobreviver, terá de dispor de um nível muito elevado de educação de base que lhe permita enfrentar o que se tornará uma necessidade comum: a de aprender, durante toda a vida, de forma contínua, porque os novos conhecimentos irão sendo descobertos em quantidade e a velocidade nunca vistas, de modo que irá ser preciso compreender os princípios em que eles se baseiam e a partir dos quais se desenvolvem, para poder aplicá-los de modo eficaz. Isso reclama não só a aquisição de mais e mais conhecimentos mas também uma nova atitude que exige uma formação que favoreça a adopção de posturas activas e o gosto pela tomada de iniciativas e pela assunção das responsabilidades correspondentes.

Trata-se de uma mudança verdadeiramente estrutural, aquela que temos de promover em relação às pessoas.

A insegurança e a intranquilidade que muitos sentem estão plenamente justificadas pela necessidade de mudança que eles pressentem. O que se impõe, a quem tem hoje o encargo da tomada de decisões, não é tranquilizá-los através de soluções de irresponsabilização: pelo contrário, é avisá-los de que nada será como dantes mas que todos faremos o máximo para lhes garantir que eles sejam capazes de enfrentar os desafios que lhes virão a ser postos. Não chegará dar-lhes mais conhecimentos! Será preciso fazer com que tenham, também, outras atitudes... Ora é aqui que se impõe uma actuação muito próxima dos problemas, por conseguinte adequada para uma intervenção activa ao nível local.

B) - Em relação à Educação:

O papel do saber tem evoluído ao longo do tempo. Ele é hoje, simultaneamente, um recurso pessoal que abre as portas à maior parte das formas de realização de cada um e um recurso económico, talvez mesmo o mais importante. Os factores tradicionais - a terra, o trabalho e o capital - perderam o significado que tinham há meio século atrás. Não é que não sejam importantes... O que se descobriu é que, através da aplicação de novos conhecimentos, qualquer deles assume um valor relativo. Há exemplos de situações excepcionais de qualquer deles que não conduziram a nada: e, ao contrário, há também exemplos de casos sofríveis que adquiriram relevância económica e social somente porque sobre eles se aplicou o fruto da inteligência e do saber. O que hoje conta mais é a capacidade para aplicar os conhecimentos disponíveis e para adquirir outros que se possam, posteriormente, aplicar. As ideias representam, nos nossos dias, a modalidade mais consistente do que se entende por bem económico. Por isso a capacidade para as gerar e compreender tem de assumir uma posição central nas nossas preocupações. É aí que a Escola intervém!

Numa sociedade cujo processo de desenvolvimento assenta, cada vez mais, nos conhecimentos que geram e aplicam os seus membros, a escola passará a representar o instrumento de mudança por excelência: é ela que contribui para mudar os instrumentos de mudança essenciais - as pessoas!

No futuro, não haverá lugar para distinguir os países entre ricos e pobres. A distinção estabelecer-se-á entre os ignorantes e os conhecedores (Peter Drucker). E isso fará com que a mudança que está para vir seja muito mais profunda do que as mudanças sociais que conhecemos do passado. Desta vez, ela tocará as pessoas, os seus valores e as suas atitudes e, conseqüentemente, os seus comportamentos.

Uma sociedade em que os intangíveis vão condicionar massivamente todos os factores materiais do desenvolvimento será muito diversa das outras que vimos ao longo da História. É por isso que a educação assumirá um papel crescente, como instrumento da mudança.

C) - Em relação à comunidade:

À força da “aldeia global” se alargar e de integrar, todos os dias, novos membros que passam a saber dos outros, dos seus problemas e das soluções que para eles se encontram, dá ideia que as pessoas vão necessitando de referências cada vez mais próximas, que as façam sentir-se como pertencendo a qualquer parte. As que pior vivem hoje, na Europa, são os habitantes dos subúrbios não-estruturados, nos quais cada um é uma ilha isolada sem afinidades com ninguém, sem conhecer ninguém, sem se responsabilizar pela sorte de ninguém...

Há uma contradição flagrante - e que tem de ser resolvida - entre os requisitos de uma economia avançada e dinâmica e os de uma sociedade estável que sirva de referência e proporcione um quadro de

vida equilibrado a cidadãos que não toleram, compreensivelmente, a anomia.

A “sociedade do conhecimento”, mais do que adivinhada, constitui uma certeza próxima. E reclama mobilidade, competição, entradas e saídas frequentes na população activa, adaptação dos empregos e ajustamentos permanentes da mais diversa ordem. O encaixe em comunidades que constituam referências para os cidadãos reclama quase o oposto: estabilidade, quadros de valores conhecidos e permanentes, possibilidade de percepção antecipada de reacções dos outros.

Trata-se de uma conciliação muito complexa que passa pela análise lúcida dos factores que a provocam e pela integração deliberada de todos os elementos da comunidade no seu seio, o que tem muito a ver com a vitalidade da própria sociedade e com o número e variedade das instituições que a estruturam, particularmente das que repousam no voluntariado de associação que, como se sabe, começa por mobilizar a vontade de participar e de pertencer à própria comunidade.

Para obviar à falta de raízes naturais - que serão, na maior parte dos casos, a regra - terá de se promover a criação de raízes deliberadamente construídas. Quanto mais robusta institucionalmente for uma comunidade, maiores serão as suas potencialidades de desenvolvimento e maior será também a sua capacidade para servir de encaixe a quem muda de lugar e a quem, não o fazendo, muda de objectivos, de perspectivas e de ambições.

A construção institucional local não constitui, assim, um adereço supletivo que possa ser deixado ao azar das circunstâncias. Ela representa a forma mais eficaz de conciliar a instabilidade da evolução económica com a necessária estabilidade de enquadramento pessoal, psicológico, afectivo e social. Ela é um instrumento de promoção da

cidadania: e esta forma-se sempre de baixo para cima; a sua construção, por via centralizada e autoritária, apresenta fragilidades conhecidas e não é duradoura.

Para ser robusta e sustentada, a disponibilidade para fazer essa construção institucional voluntária tem de ser fomentada desde a escola. É por isso que esta não pode constituir somente um lugar onde se transmitem conhecimentos mas tem de representar um espaço de formação de personalidades. Como a diversidade tem de ser a regra, a este respeito, não pode ser através de portarias que se definem os modos de estimular a vontade de participar das novas gerações. Tem de se aprender fazendo e em torno dos motivos mais apelativos e, por isso, mais fáceis. Ora estes encontram inspiração, fundamentalmente, a nível local e a propósito de problemas e de necessidades locais.

D) - Em relação ao Poder Local:

A sociedade moderna é cada vez mais pluralista. E a “sociedade do conhecimento” vai determinar muitas tonalidades em cada uma das posições principais que representam os veículos para o exercício do poder.

A tendência será para a subsidiariedade, procurando encontrar respostas ajustadas à enorme variedade de factores que enformam os problemas e que condicionam as soluções que, para eles, se definem.

O século que termina foi, sem dúvida, um tempo de grandes transformações sociais. Mas não houve uma grande inovação na prática política.

Há países em que a tendência para a continuidade é mais expressiva do que a vontade de mudança. Portugal é um deles! E, a este respeito, o elemento menos consonante com a evolução que se avizinha é a propensão para fazer depender do Estado - através da Administração Central - a resposta à maior parte dos problemas.

Convém alertar contra essa inclinação de séculos porque é talvez em torno dela que se verifica maior consenso entre quem detém o poder e quem o quer conquistar. Ora, para nos prepararmos para responder adequadamente aos desafios dos novos tempos é preciso que haja muitos “centros de impulso” - alguns públicos, mas a maior parte deles privados - que sejam capazes de fazer mover uma máquina que se tornou muito pesada e que, simultaneamente, reclama grande agilidade nos mecanismos de satisfação das aspirações dos Cidadãos. Por outro lado, é preciso dar relevo às engrenagens informais da mudança. A alteração das portarias é fácil mas limita-se a ser formal, podendo mesmo ser contrariada ou desvirtuada pelos procedimentos informais dos muitos agentes que têm de as interpretar. É sempre mais difícil promover as alterações das normas informais do que das formais. Por isso se tem que estimular o gosto pela tomada de iniciativas e pelas pequenas mudanças cujo integral faz uma grande transformação.

Os órgãos de Poder Local são, hoje em Portugal, instituições activas, próximas dos Cidadãos e com capacidade para introduzir transformações que têm muito a ver com o seu bem-estar, com a sua qualidade de vida e até com a sua postura diante da Sociedade, em globo, porque representam a alavanca mais eficaz da Educação Cívica, tomada em sentido amplo.

Por isso devem assumir um papel crescente na preparação da mudança, mas não só da superficial que se traduz nos equipamentos e nas infraestruturas; ela tem de ir, especialmente, à mudança profunda que tem a ver com as pessoas e com os seus comportamentos.

Minhas Senhoras,
Meus Senhores:

O vosso Seminário abordará questões da maior relevância porque, num mundo em evolução muito rápida, o invariante mais expressivo tem a ver com as capacidades dos Cidadãos.

O facto de estas não se limitarem à aquisição de conhecimentos mas à adopção de sistemas de atitudes que façam com que todos sintam que têm de aprender a aprender - porque é isso que irão ter de fazer durante a vida inteira - torna a educação e a formação muito mais complexas do que algum dia já foram.

Os jovens não podem ser repetidores de conhecimentos contidos em manuais. Têm de ser despertados, todos os dias, para as alegrias da descoberta de um mundo novo e estimulados para usar a sua criatividade e a sua energia para empreender em iniciativas que os realizem, que criem riqueza e que contribuam para uma vida de mais qualidade.

A educação tem de visar a acção. Mas esta deverá ser lúcida e assentar numa capacidade de análise do mundo à nossa volta que não só permita compreendê-lo como também favoreça o aparecimento de soluções imaginativas e ajustadas às diversas situações.

O espírito inquiridor deve ser fomentado porque só a curiosidade estimula a procura de respostas. Mas tem também de ser treinada a capacidade de realização.

Algumas vezes esta terá como objecto principal a actividade económica. Mas, muitas outras, deverá orientar-se para a satisfação de necessidades sociais, através da expressão de solidariedades que têm de ser o timbre da nova cidadania. Ora esta não se constrói de cima

para baixo. Ela começa por se exercitar no pequeno círculo da escola, passa para a comunidade local, através das fórmulas mais atraentes para cada um - as desportivas, as culturais, as de alívio do sofrimento físico e as de apoio contra a solidão, a marginalização e a exclusão - e acabará, para alguns, em expressões mais exigentes e mais formais de definição de soluções para os problemas da colectividade.

Tudo se deverá começar a treinar quando se é pequeno e exercitar a escalas que permitam apreender os resultados com rapidez e precisão. Isso só se conseguirá através duma colaboração intensa entre as escolas e as instituições locais, nomeadamente os órgãos do Poder Autárquico.

É, naturalmente, importante que os jovens aprendam a conhecer os seus direitos. Mas é indispensável que eles saibam também que estes acarretam consigo deveres em relação à comunidade e a si próprios. A dimensão local é, nos nossos dias, a escala mais adequada para se educar um jovem, na interpretação ambiciosa a que antes referi, de lhe facultar conhecimentos, de o ensinar a procurá-los, a aplicá-los e a transformá-los e de consolidar um sentido de cidadania exigente que tem de o levar a sentir-se responsável não só por si mas também, na sua quota-parte, pela sorte da colectividade como um todo.

Se conseguirmos fazê-lo bem, teremos então os tais Portugueses diferentes que não só se adaptarão, com facilidade, às mudanças que aí vêm mas que serão também capazes de as comandar com inteligência e, portanto, com sucesso.

Mensagem de Sua Excelência o Presidente da República *(Lida pela Secretária-Geral do CNE)*

Não podendo estar presente, como era meu desejo no Seminário sobre “Educação, Comunidade e Poder Local”, quero associar-me a esta oportuna e tão interessante iniciativa, felicitando os seus organizadores, o Conselho Nacional de Educação e a Associação Nacional dos Municípios Portugueses.

Vivemos um tempo especialmente complexo e difícil. A educação que, como sempre tenho dito, deve ser um desígnio nacional, só cumprirá a sua insubstituível função se for pensada em íntima conexão com a nossa identidade, com as nossas necessidades e com as exigências da modernização e da solidariedade.

O poder local e a descentralização constituem realizações do nosso regime democrático de que nos devemos orgulhar. A resposta aos anseios e expectativas das terras e populações passa, em larga medida, por um poder local forte e prestigiado.

A escola tem que estar aberta à vida de cada região e às suas características próprias. A colaboração entre o poder central, a escola e o poder local é indispensável para que se consigam os objectivos do desenvolvimento ao serviço de todos os portugueses.

Estou certo de que este Seminário, pelos temas propostos e pelas personalidades convidadas, vai dar um valioso contributo à reflexão, que urge fazer, sobre os problemas da educação no nosso País.

Formulo votos de êxito para os vossos trabalhos e aguardo, com natural interesse, as conclusões do debate que for feito.

Mário Soares.

